

# *Querem evitar demarcação de terras indígenas no Brasil*



**ONU ressalta que a aprovação do "marco temporal " contraria os padrões internacionais dos direitos humanos.**

Por Maria Josefina Arce

“Estamos comprometidos com os povos indígenas”, afirmou Luiz Inácio Lula da Silva ao vencer as eleições presidenciais de outubro passado. E após assumir o cargo, em janeiro deste ano, começou a cumprir suas promessas eleitorais.

Lula criou o Ministério dos Povos Indígenas e mandou suspender o transporte aéreo e fluvial em território ianomâmi para restringir o acesso de pessoas não autorizadas, após constatar a crise humanitária dessa comunidade por causa do garimpo e outras atividades ilegais, incentivadas nos últimos anos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

Uma das medidas mais importantes neste seu terceiro governo foi retomar o processo de reconhecimento de terras indígenas, estabelecido por lei e paralisado desde 2019 por Bolsonaro.

O ex-presidente aplicou uma política que negava os direitos dos povos originários e promovia o garimpo e outras atividades econômicas na Amazônia dando luz verde a desmatamentos sem precedentes na maior selva tropical do planeta.

Em abril passado, o presidente Lula assinou decreto que regulariza seis novas terras indígenas numa superfície de 560 mil hectares que se somam a 600 reservas reconhecidas pelo governo.

Todavia, seus projetos começaram a tropeçar num Congresso adverso. Em maio, a Câmara de Deputados aprovou projeto de lei que limita a demarcação de terras indígenas retomada por Lula da Silva e considerada essencial para proteger essas etnias e a Amazônia.

O projeto de lei estabelece que os territórios reservados a essas comunidades se restringem aos que foram ocupados pelos indígenas quando se promulgou em 1988 a Constituição vigente.

Promovido pelos deputados afins ao agronegócio e outros grupos da oposição, o chamado marco temporal foi criticado por organizações brasileiras. No seu entendimento, muitos povos não ocupavam suas terras naquele ano, simplesmente porque foram expulsos de lá, especialmente durante a ditadura militar de 1965 a 1985.

A polêmica proposta da direita, que deve ser examinada pelo Senado, se encontra, também, no Supremo Tribunal Federal, que adiou sua discussão a pedido do ministro André Mendonça, um dos 11 juízes do órgão judicial e nomeado por Bolsonaro.

A ONU também se manifestou sobre o mencionado projeto de lei. A adoção do marco temporal, ressaltou, contraria os padrões internacionais dos direitos humanos.

A ministra dos Povos Indígenas do Brasil, Sônia Guajajara, deixou claro que o governo não vai desistir da luta pelos direitos humanos dos indígenas e para evitar um genocídio.

É, também, lutar pela vida de todos, porque as comunidades indígenas são guardiãs da natureza, e exercem papel fundamental no combate ao aquecimento global, como baluarte contra o desmatamento.

---

<https://www.radiohc.cu/pt/especiales/comentarios/326034-querem-evitar-demarcacao-de-terras-indigenas-no-brasil>



**Radio Habana Cuba**